

Da socioantropologia do desenvolvimento as arenas públicas: um estudo no assentamento rural 72 (Ladário-MS)

Anderson Luís do Espírito Santo

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Corumbá – Mato Grosso do Sul – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6507-974X>

Carolina Andion

Universidade do Estado de Santa Catarina – Florianópolis – Santa Catarina – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4723-3437>

Resumo

Este artigo discute abordagens contemporâneas no campo de estudos sobre o desenvolvimento que se distanciam de leituras institucionais e positivistas tradicionalmente adotadas. Partimos da abordagem da Socioantropologia do Desenvolvimento, fundamentada na antropologia social, apresentando suas contribuições e as lacunas desse debate para então propor um enfoque pragmatista para os estudos das dinâmicas de desenvolvimento, tomando por base o debate contemporâneo no campo da sociologia dos problemas públicos e da ação pública. Isso ficou evidenciado com a realização de um trabalho de campo etnográfico, para examinar as práticas promovidas por famílias que vivem no assentamento rural 72 (Ladário, Mato Grosso do Sul) e a constituição de arenas públicas nesse espaço. Reconhecendo a lacuna do debate, são apresentados dois pressupostos analíticos que visam auxiliar os pesquisadores a analisar a interação entre as estruturas e a vida social, destacando a importância de reconectar o estudo do desenvolvimento às práticas e experiência dos atores, que através da mobilização, enfrentam nas suas realidades locais situações problemáticas cada vez mais complexas diante dos desafios colocados no cenário pós-pandemia e de crise climática.

Palavras-chave: Socioantropologia do desenvolvimento. Pragmatismo. Sociologia dos problemas públicos. Arenas Públicas. Assentamentos rurais.

From the socioanthropology of development to public arenas: a study in rural settlement 72 (Ladário-MS)

Abstract

This article discusses contemporary approaches in the field of development studies that distance themselves from traditionally adopted institutional and positivist readings. We start from the approach of Socioanthropology of Development, based on social anthropology, presenting its contributions and the gaps in this debate, and then propose a pragmatist approach to the study of development dynamics, based on the contemporary debate in the field of sociology of public problems and public action. This was evidenced by carrying out ethnographic fieldwork to examine the practices promoted by families living in rural settlement 72 (Ladário, Mato Grosso do Sul) and the constitution of public arenas in this space. Recognizing the gap in the debate, two analytical assumptions are presented that aim to help researchers analyze the interaction between structures and social life, highlighting the importance of reconnecting the study of development to the practices and experience of actors who, through mobilization, face increasingly complex problematic situations in their local realities in the face of the challenges posed by the post-pandemic and climate crisis scenario.

Keywords: Socioanthropology of development. Pragmatism. Sociology of public problems. Public arenas. Rural settlements.

De la socioantropología del desarrollo a las arenas públicas: un estudio en el asentamiento rural 72 (Ladário-MS)

Resumen

Este artículo analiza enfoques contemporáneos en el campo de los estudios del desarrollo que se alejan de las lecturas institucionales y positivistas tradicionalmente adoptadas. Partimos del enfoque de la Socioantropología del Desarrollo, basado en la antropología social, presentando sus aportes y los vacíos en este debate para luego proponer un enfoque pragmatista a los estudios de la dinámica del desarrollo, tomando como base el debate contemporáneo en el campo de la sociología de los problemas público y acción pública. Esto fue evidenciado mediante la realización de un trabajo de campo etnográfico, para examinar las prácticas promovidas por las familias que habitan el asentamiento rural 72 (Ladário, Mato Grosso do Sul) y la constitución de arenas públicas en ese espacio. Reconociendo la brecha en el debate, se presentan dos supuestos analíticos que apuntan a ayudar a los investigadores a analizar la interacción entre las estructuras y la vida social, destacando la importancia de reconectar el estudio del desarrollo con las prácticas y experiencias de los actores que, a través de la movilización, enfrentan cada vez más situaciones problemáticas complejas en sus realidades locales ante los desafíos que plantea el escenario postpandemia y crisis climática.

Palabras clave: Socioantropología del desarrollo. Pragmatismo. Sociología de los problemas públicos. Arenas públicas. Asentamientos rurales.

1 Introdução

O campo de estudos sobre o desenvolvimento é amplo e multiparadigmático, abrange diferentes disciplinas das ciências humanas e sociais e se dissemina no senso comum, adquirindo status de práticas de intervenção social. Todavia, as formas de compreender e interpretar o desenvolvimento foram sendo forjadas ao longo do tempo, por meio de paradigmas que se sucedem. Mais do que recensar esses

paradigmas, centraremos este artigo em explorar abordagens contemporâneas que (re)discutem o fenômeno¹.

A partir da segunda metade do século XX, iniciou-se a era do desenvolvimento, expressão cunhada por Sachs (1986), que buscava relacionar crescimento econômico a direitos políticos e cívicos, sobretudo por meio do emprego. Contudo, esse período revelou um descompasso entre os ideais fordistas de progresso e a ampliação das desigualdades globais, além da destruição ambiental (Chateauraynaud, 2011). Essa situação levou à desnaturalização da noção de desenvolvimento, historicamente associada ao progresso e à evolução positivista (Azoulay, 2002).

Nesse contexto, destaca-se a Socioantropologia do Desenvolvimento, proposta por Jean-Pierre Olivier de Sardan, que questiona as interpretações clássicas do desenvolvimento e os métodos de pesquisa sobre o tema. Segundo Olivier de Sardan (2015a), a partir dos anos 1950, prevaleceu uma abordagem mecanicista, em que pesquisadores analisavam países do Sul Global com perspectivas eurocêntricas, impondo-lhes um modelo de modernização inatingível. Quando esse desenvolvimento não se concretizou, surgiram categorias como ‘terceiro mundo’ e ‘subdesenvolvidos’, que permanecem no cotidiano do Sul Global.

Nos anos 1970, abordagens heterodoxas priorizaram etnicidade e identidades coletivas, mas ainda sob influências positivistas, sejam liberais ou marxistas. Essas perspectivas definiam medidas de desenvolvimento a priori e perpetuavam estereótipos, conectando o desenvolvimento aos modos de produção ou a análises morais e ideológicas. Apesar das diferenças, ambas compartilham uma episteme positivista que ignora as condições reais e as particularidades dos processos de desenvolvimento.

A partir da década de 1980, a ênfase no ator rompe com essa visão, priorizando análises qualitativas e interdisciplinares que investigam o funcionamento real das sociedades. A socioantropologia emerge nesse contexto, focando nas interações entre projetos de desenvolvimento e os grupos-alvo, iluminando conflitos e contradições. Reconhece-se que as reações populares também promovem mudanças sociais.

Essa abordagem não busca defender ou propor outro modelo de desenvolvimento, mas entende que o “desenvolvimento existe pelo simples fato de existirem atores e instituições que o assumem como objeto ou propósito” (Olivier de Sardan, 1995, p. 10). No Brasil, a socioantropologia é pouco explorada. Estudos locais frequentemente distinguem entre *anthropology of development* e *anthropology in development*, ou adotam abordagens pós-desenvolvimento, como as de Arturo Escobar e Wolfgang Sachs.

Segundo Carneiro (2012), um dos méritos da socioantropologia é sua oposição forte à escola neoclássica e a combinação de visões holísticas e interacionistas. Contudo, o uso eclético de dois conceitos, ‘campo’ e ‘arena’, com epistemes bastante opostas, é um verdadeiro limite dessa abordagem. Mesmo com a utilização do conceito de ‘grupos estratégicos’ para investigações coletivas menos normativas e com maior participação dos atores, e com a crítica feita pelo grupo de Wageningen

¹ Por questões de foco e de síntese, não faremos um aprofundamento dos diferentes paradigmas e teorias do desenvolvimento, o que fugiria ao objetivo desse estudo. Para adentrar em profundidade cf. Azoulay (2002), Andion (2007) e Santo (2021).

(Arce; Long, 2007), que tenta preencher essa lacuna com o ‘entrelaçamento das lógicas sociais’, Carneiro aponta que o desafio da socioantropologia é resolver a lacuna conceitual entre ‘estrutura’ e ‘vida social’ (relação macro e micro).

No Brasil, poucos trabalhos teóricos aprofundam a abordagem de Olivier de Sardan. Ademir Cazella (2006) analisou a contribuição da socioantropologia para o desenvolvimento territorial sustentável, adotando a noção de campo de Bourdieu. Já Marcelo Carneiro (2012) revisou críticas e concluiu que a socioantropologia avança ao propor novos processos de estudo no campo do desenvolvimento. Pesquisadores têm se afastado do conceito de campo, privilegiando análises mais interacionistas.

Partindo dessas pistas, propomos neste artigo avançar o debate ao aproximar as ideias de Olivier de Sardan da Sociologia dos Problemas Públicos, especialmente das análises socioantropológicas das arenas públicas. Buscamos responder: quais contribuições o pragmatismo sociológico contemporâneo traz à socioantropologia do desenvolvimento?

Para tanto, revisamos os principais trabalhos da sociologia contemporânea dos problemas públicos, baseados no pragmatismo de John Dewey (1927; 1938) para iniciarmos uma discussão teórica. A noção de investigação pública orienta-se por captar práticas humanas frente ao mundo natural, onde atores enfrentam e tentam reverter situações de prova. Contribuímos com essa discussão ao explorar dois pressupostos analíticos para (re)orientar pesquisas sobre desenvolvimento. Na sequência, exploramos essa abordagem no trabalho de campo realizado no assentamento rural 72, em Ladário (MS). Essa incursão empírica permitiu, mediante articulação da socioantropologia ao pragmatismo, ampliar a compreensão das experimentações em curso conduzidas por múltiplos atores.

Metodologicamente, apresentamos um estudo de caso qualitativo e intrínseco, pois, segundo Stake (2005), apesar do interesse específico em um caso particular, não buscamos generalizar descobertas nem teorias aplicáveis. Pelo contrário, buscamos o avanço teórico entre a socioantropologia do desenvolvimento e o pragmatismo, mediante a estruturação e análise de um caso.

Isso foi operacionalizado via levantamento bibliográfico (artigos, livros e teses), que permitiu aprofundar os estudos na socioantropologia e no pragmatismo; documental, em 180 páginas de atas da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento 72 (APPRPA72) e matérias jornalísticas, que permitiram sistematizar a história do 72; e num minucioso trabalho etnográfico junto às famílias do 72, especificamente na APPRPA72 e no Grupo de Agricultores Agroecológicos Bem-Estar (Gaabe).

O trabalho etnográfico durou seis meses (agosto/19 a fevereiro/2020), totalizando 120 horas de observações e interações, sendo interrompido pelo avanço da pandemia da Covid-19. A sistematização de trabalho baseou-se em observação prolongada contínua, identificando e acompanhando as famílias e os experts nas reuniões das associações, nas feiras livres e na comercialização das compras públicas. Também foram feitas visitas fracionadas (ir e vir) nas propriedades dos produtores, em órgãos públicos e nas associações, permitindo o acesso a informações densas narradas nas cenas públicas. A análise dos dados ocorreu sob a ótica da construção teórica apresentada nas seções 2 e 3 deste artigo.

2 As contribuições da socioantropologia para entender o desenvolvimento²

Os processos e fenômenos sociais correlatos às teorias de desenvolvimento, ou políticas de desenvolvimento, dispositivos de desenvolvimento, projetos de desenvolvimento, como bem elencado por Olivier de Sardan (1995), têm em comum a ênfase no desenvolvimento enquanto dinâmica institucional e macrosocial. Esse conceito é muitas vezes entendido de forma separada das diversas formas de interação social, como os conflitos, as coordenações, os aprendizados coletivos, as redes e a reciprocidade.

A lente analítica e metodológica de Olivier de Sardan (1984; 1995; 2001; 2008; 2015a; 2015b) destaca os atores, indicando uma abordagem diferenciada para compreender o desenvolvimento e a ecologia política nesse campo. O autor propõe desconstruir o discurso do desenvolvimento, muitas vezes reduzido a um modelo hegemônico, para ampliar o olhar sobre as práticas e consequências sociais dos operadores e das instituições de desenvolvimento (os *experts*). Nesse sentido, é crucial considerar não apenas as políticas e programas oficiais, mas também as dinâmicas informais dos atores, pois, como afirma Olivier de Sardan (1995, p. 6), “a análise das questões de desenvolvimento e reações populares não pode ser desarticulada do estudo de dinâmicas locais ou de outros processos de mudança”.

Olivier de Sardan (1995) denomina configurações de desenvolvimento o universo de especialistas formado por instituições, pesquisadores, técnicos, gerentes de projeto, ONGs, burocratas e outros que vivem do desenvolvimento de terceiros. Esses especialistas se mobilizam para criar e gerir recursos humanos, materiais e simbólicos consideráveis. O autor define o desenvolvimento como “o conjunto dos processos sociais induzidos pelas transformações voluntaristas de um meio social, empreendido via instituições ou atores externos em um dado ambiente” (Olivier de Sardan, 1995, p. 8). Dessa forma, a presença de uma configuração de desenvolvimento define a existência do próprio desenvolvimento.

Segundo Cazella (2006), não basta estar consciente dos desvios e normatividades que as teorias de desenvolvimento impõem. É necessário rever a construção social no meio em que a pesquisa é conduzida, valorizando a experiência dos atores. Olivier de Sardan contribui ao reintegrar o desenvolvimento como objeto do trabalho antropológico, explorando minuciosamente as interações no mundo do desenvolvimento, incluindo representações, práticas, estratégias e estruturas. Seu enfoque metodológico é uma “abordagem específica para os fenômenos e questões sociais complexos ligados a ações de desenvolvimento, uma abordagem não normativa, com base em uma socioantropologia empírica” (Olivier de Sardan, 2001, p. 730).

A socioantropologia se distingue dos estudos quantitativos robustos, adotando um trabalho empírico multidimensional de grupos sociais. Baseia-se na tradição da Escola de Chicago e na antropologia de campo para conduzir pesquisas e análises mais complexas. Essa abordagem não é apenas um método de pesquisa empírica, mas também uma forma de romper com as teorias normativas de desenvolvimento e considerar a realidade como ela se expressa no espaço local.

² Esta seção se inspira em grande parte nas obras de Olivier de Sardan, construído a partir das lacunas mencionadas na introdução.

Como argumenta Olivier de Sardan (1995, p. 8), “o que mais falta não são bons conselhos e novas ideias, mas a compreensão dos mecanismos reais no trabalho e a análise dos processos sociais em jogo”.

O autor propõe três aspectos principais para compreender o desenvolvimento. O primeiro é o desenvolvimento como discurso e sua desconstrução, resultado da lacuna entre o discurso e a prática do desenvolvimento. Os profissionais de desenvolvimento não são ingênuos e o pesquisador precisa identificar os poderes ocultos por trás do discurso, buscando as causas que promovem ou não a mudança social.

O segundo aspecto é o populismo ideológico. Nas dinâmicas de desenvolvimento, dois mundos se encontram: os sistemas de significados dos destinatários e as instituições de desenvolvimento. O conhecimento popular é muitas vezes ignorado ou visto como obstáculo ao progresso racional. Assim, o populismo ideológico legitima pesquisas rápidas, falseando a participação dos atores e impondo o conhecimento técnico como única possibilidade. Logo, o pesquisador deve romper com essa perspectiva, reconhecendo o valor do conhecimento alternativo, inspirado em práticas informais.

Por fim, o terceiro aspecto é o desenvolvimento como campo social, centrado no entrelaçamento das lógicas sociais. Trata-se de estudar as relações entre os sistemas de significado dos atores locais e as instituições de desenvolvimento. Para Olivier de Sardan (2001), “o diálogo e a cooperação entre as categorias socioprofissionais, apesar de conflituosos e difíceis, se tornam necessários e reciprocamente úteis” (Cazella, 2006, p. 237).

A aproximação entre a abordagem de Olivier de Sardan e o pragmatismo, especialmente nos estudos sobre problemas públicos, é uma contribuição relevante. O autor reconhece a importância de novas posturas epistemológicas que escapem às determinações funcionalistas ou estruturalistas, enfatizando a capacidade dos atores como coprodutores das intervenções de desenvolvimento. Esse diálogo entre as abordagens é reforçado pelo uso de métodos etnográficos no espaço público para captar formas de ação coletiva e as tensões entre interesses públicos e privados.

Como exemplo, Olivier de Sardan aplica a análise micropolítica para compreender questões macros de desenvolvimento. Durante a pesquisa, ao rastrear formas de relacionamento no nível micro, identificam-se formas locais de governança, redes sociais, reciprocidade e o aparato estatal. Essa abordagem empírica detalhada possibilita avanços significativos na compreensão do desenvolvimento, conectando dinâmicas locais a processos globais. É isso que exploraremos a seguir.

Embora a socioantropologia do desenvolvimento dialogue historicamente com dinâmicas de desenvolvimento em geral, as contribuições desta abordagem têm potencial para avançar também os estudos sobre desenvolvimento regional, compreendido, contemporaneamente, tanto como um conjunto de políticas e estratégias elaboradas para mitigar desigualdades regionais e assimetrias distributivas, quanto para gerar competitividade nas diversas unidades federativas (Neto *et al.*, 2023). É resultado das interações global-local, pois o desenvolvimento regional demanda a compreensão da ecologia política local, dos processos institucionais e socioculturais que influenciam as dinâmicas territoriais, promovendo um diálogo entre as consequências globais e a vivência local, tendo em vista que é no

território que se constroem regiões ou lugares e onde a vida é experimentada (vívida), sendo constantemente apropriada pela sociedade.

O olhar socioantropológico aqui proposto possibilita uma leitura mais densa das dinâmicas territoriais, que indicam as trajetórias e as interações produzidas pelos atores num dado espaço, sendo necessário identificar a repercussão econômica, social, política, cultural e ambiental das ações dos atores (Cazella *et al.*, 2009). Ao incorporar a abordagem das arenas públicas, discutidas a seguir, este estudo amplia o escopo dos estudos regionais ao demonstrar como diferentes arenas são constituídas, entram em disputa e se articulam no território, criando redes de ação pública que afetam diretamente os processos de desenvolvimento regional.

3 Indo além da socioantropologia do desenvolvimento a partir de uma lente pragmatista de análise

A importância metodológica conferida aos atores é uma das principais contribuições ao estudo do desenvolvimento que a socioantropologia proporcionou ao campo. Assim, dialogamos com a micro-história para tentar examinar mais de perto as ações dos atores. A opção por esta abordagem microanalítica apresenta-se como um experimento alternativo, aumentando a observação do objeto, dando microfone às formigas (Revel, 1998), valorizando a experiência social e a constituição de identidades, estabelecendo conexões contínuas entre a interação local e o global (Latour, 2012). Como expressaram Gumuchian *et al.* (2003), as ações locais (micro) são usadas para interpretar como um reflexo social, econômico e cultural está imerso no espaço da pluralidade de escalas (micro/macro).

Isso justifica a realização de um estudo com ênfase nos atores para captar a criatividade e as ações inovadoras realizadas ao longo do tempo, identificando “suas ações coletivas, controvérsias, conflitos, o discurso político e as instituições de desenvolvimento que incidem nas dinâmicas de desenvolvimento de um determinado território” (Olivier de Sardan, 1995, p. 8). É nessa justificação que a aproximação do pragmatismo se mostra frutífera.

O pragmatismo surge a partir da filosofia pragmática, desenvolvida nos Estados Unidos (1878), através dos trabalhos de Charles Peirce, William James, George Mead e John Dewey, decorrente da reflexão/análise de vários problemas urbanos da época, sobretudo os desafios da consolidação da democracia.

Ocorre que, por muito tempo, o pragmatismo, enquanto episteme e método, esteve abandonado, quase esquecido. Somente na década de 1980 assistimos uma virada nas ciências sociais, ocasião em que determinadas correntes anglo-saxãs, como a filosofia pragmática, o interacionismo simbólico e a etnometodologia vão influenciar uma série de cientistas sociais na França, que passaram a reformular os seus objetivos e o modo como vinham fazendo ciência, ao privilegiarem os momentos de disputas e os acordos; estimularem uma antropologia da ciência; um maior diálogo entre a sociologia e a antropologia; a reassociação de diferentes dimensões da vida social. Cefaï (2007) cita que essa virada ocorreu sob três frentes: os estudos da ação situada de Louis Queré, a teoria ator-rede de Michel Callon e Bruno Latour e a prova de justificação de Luc Boltanski e Laurent Thévenot.

Chateauraynaud (2017) chama esse movimento de *démarche* pragmática, surgido em um cenário epistemológico pós-bourdieuiano³, no qual novos pesquisadores analisam as ações públicas e a capacidade crítica dos atores, tratando de temáticas transversais, como o desenvolvimento sustentável, a transparência, a violência, o mundo em rede, a democracia, dentre outros.

Nesse movimento mais amplo, inserem-se trabalhos com abordagens específicas, caso da sociologia dos problemas públicos que, fundamentado nos trabalhos de John Dewey (1927; 1938), privilegia uma ênfase nas experimentações para destacar como ocorrem as deliberações e negociações necessárias para a construção coletiva do interesse público, através da identificação e análise da configuração, da estabilização e da institucionalização de problemas públicos (Cefai; Terzi, 2012). Portanto, e em linhas gerais, a investigação busca captar os processos de enfrentamento de situações problemáticas; como o público é formado; entender a composição e a prática das comunidades envolvidas; entre outros. Trata-se de um caminho de investigação pública que vem permitindo compreender a dimensão territorial a partir das práticas dos atores, identificando como eles se mobilizam para reparar as desigualdades que enfrentam (Andion, 2007; 2023; Andion *et al.*, 2017; Santo; Voks, 2021a; 2021b).

É diante dessas colocações que surgem os três pressupostos analíticos. Mais do que propor um modelo para explicar o fenômeno, os pressupostos pretendem contribuir com as lacunas anteriormente citadas, ao indicar um conjunto de ferramentas de investigação para ir a campo entender o desenvolvimento de forma mais profunda e para além do eixo econômico, valendo-se também da participação popular.

Pressuposto 1 - ampliando a concepção de ator para escapar dos estereótipos

Como colocado por Olivier de Sardan (1995), os processos de mudança são pensados e vivenciados pelos atores no território. Então, reconhecê-los é uma pré-condição para ser capaz de entendê-los. Porém, o autor argumenta que recorrer a qualquer noção pré-existente para designar os atores (categorias sociais) impedirá que o pesquisador perceba a diferença entre a conduta planejada (idealizada pelos projetos institucionais e atores de desenvolvimento) e a conduta real (o que os atores efetivamente fazem e como eles se percebem). Escapar dos clichês e estereótipos permitirá focar nos atores ou grupos de atores sociais (individuais ou coletivos), suas estratégias e suas apostas.

O avanço nos estudos no campo do desenvolvimento se deu, em parte, ao retorno do ator, ocasião em que os pesquisadores passam a priorizar a práxis do desenvolvimento, como as estratégias, os conflitos e as diversas interações dos atores.

³ Refere-se aos pesquisadores que, após a reformulação citada acima por Cefai (2007), buscam uma ruptura com as grandes teorias críticas ainda em voga (como as de Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, por exemplo) e seu afastamento correlativo às questões de poder e dominação, um mundo estático preso à lógica da reprodução, visando encontrar novas formas praxeológicas de se estudar a ação coletiva.

Para Touraine (1984)⁴, outrora ocultado por diversas forças ou ideologias na sociologia clássica e depois esmagado pelo determinismo econômico, o regresso do ator objetiva a transformação de uma dada ordem a partir de uma análise sobre ele. O ator é aquele que se engaja em alguma relação concreta, coletivos e suas expressões em movimentos sociais, representações políticas, das procuras sociais e outras correntes. O ator surge quando aumenta a nossa capacidade de ação que nos leva para a vida pública.

Todavia, resguardada a importância da ênfase no ator, os estudos sobre o desenvolvimento, de certo modo, subestimam a escala microssocial e, em sua maioria, privilegiam análise das escalas meso e macro. Nesse jogo de escala, o ator ganhou uma concepção vaga, polissêmica, deturpada, quando não, um conceito de caixa-preta. Portanto, relacionar escalas é uma arte a ser realizada no trabalho de campo, a partir de uma postura etnográfica (Latour, 2012). Ao etnógrafo, cabe compreender que a natureza e a sociedade não são dois polos distintos e ter em mente que a relação macro-micro é formada no dia a dia, o que demanda compreender como o local e o global são estabelecidos. Afinal, essas vidas minúsculas também participam, “da grande história à qual elas dão uma versão diferente e complexa; o problema não é opor os grandes e os pequenos, e sim reconhecer que uma realidade social não é a mesma, dependendo do nível de análise” (Revel, 1998, p. 12).

Para Latour (2012), a realidade é tomada como dinâmica, complexa e não linear (simétrica), daí a necessidade de acompanhar os atores para compreender os significados e os usos que eles fazem da natureza. “Os atores sabem o que fazem e o que temos que aprender deles é não apenas o que eles fazem, mas como e por que eles o fazem” (Latour, 2012, p. 19). Latour não dissocia materiais e objetos, concedendo-lhes capacidade recíproca na interação com o homem. Defende a não dicotomia entre humanos e não-humanos, por exemplo, o apicultor e as abelhas, as tecnologias, as organizações, os relatórios, outros. O termo ‘social’ (de ator social) deve ser interpretado como ‘seguir’, um companheiro, um associado e a realidade é sempre uma sociedade, logo, “siga os atores enquanto enveredam por meio das coisas que acrescentaram às habilidades sociais para tornar mais duráveis as interações em perpétua mudança” (Latour, 2012, p. 104).

Esse exercício de seguir os atores permitirá ao pesquisador compreender como eles se expressam, além de reconhecer o conjunto de todos os atores que promovem a ação. Nesse processo de rastreamento, variadas conexões são restabelecidas, ocasião em que as relações micro e macro são reconectadas. “O ator revela todos os ingredientes do mundo, o que permite localizar as ações do mundo (macro) dentro desses lugares (micro)” (Latour, 2012, p. 260).

A mudança social na vida dos atores é um processo que não ocorre somente entre os operadores da política. A vida é muito mais complexa e os atores não agem no vazio. Ela é formada por inúmeras práticas, e captar esse processo é o que permitirá ao pesquisador compreender como o desenvolvimento ocorre entre os

⁴ A visão de desenvolvimento de Touraine está muito centrada na modernidade, ou seja, numa visão eurocêntrica de desenvolvimento socioeconômico; além de toda dissociação que o autor faz entre atores e sistema, mundo técnico e econômico e subjetividades.

atores e para os atores, bem como os principais entraves/dificuldades de sua idealização e/ou operacionalização.

Então, para escapar dos estereótipos, é importante que o pesquisador rastreie os atores, considere a história e o desdobramento das escalas (macro-micro) dos fenômenos estudados, como um zoom que, segundo Cefaï (2019), por meio da recuperação das cenas públicas, pode ajudar a reconstituir a dimensão narrativa que constitui todo fenômeno social.

Pressuposto 2 - observando as cenas nas arenas públicas e seus desdobramentos

As cenas públicas representam o conjunto de dramatizações que permeiam as práticas e a vida dos atores. Segundo Cefaï (2019), são compostas por configurações de atores (humanos e não humanos), formas de representação (quem fala e age em nome de quem), ordens de relevância (o que pode ser discutido, denunciado e reivindicado), modos de envolvimento (como descrever, criticar ou reclamar), cenas de intervenção, linguagens utilizadas e formas de entrar em conflito, além dos fins pretendidos. As cenas traduzem fatos que as antecedem e que acabam por gerar transformações mais ou menos consequentes, que, de uma forma ou outra, incidem na vida do público, além do enredo político, administrativo, jurídico, científico, midiático e da vida cotidiana de cidadãos comuns.

Para Cefaï e Terzi (2012), reconhecer tais cenas é um ponto de partida da análise, pois permite compreender as situações de prova (tudo que desestabilize a vida no território, por exemplo, desastres ambientais, fome, etc.), que se tornam públicas, ou seja, uma atividade política em torno dessa inquietação. A formação de público são associações (humanos e não humanos) no sentido de conexões (como organizações, movimentos e grupos afetados por estes desarranjos), que acabam por se envolver na tentativa de resolver as situações problemáticas. O público surge quando há um desequilíbrio harmonioso da vida coletiva; formas de vida são quebradas, o que leva à sua formação (constituição do público em torno do problema).

Nas cenas públicas, as justificações e ações são publicizadas no sentido de virem a público. Assim, por meio de sua identificação e análise, pode-se perceber o tratamento (ou não) dado a certas questões/causas e à sua legitimação (ou não) na agenda pública.

Para Dewey (1927), a formação do público também dependerá das ações do Estado e das instituições públicas, seja através da garantia das condições de liberdade (liberdade democrática de se associar e formar o público), ou da organização da vida pública através, por exemplo, da criação de leis, políticas públicas, programas de desenvolvimento. Portanto, é fundamental reconhecer as políticas e leis de uma situação problemática, pois é através desse aparato que o Estado vai tentar organizar a vida pública. Muitas dessas políticas resultam de inúmeras ações coletivas.

Ação coletiva é, para Cefaï (2007, p. 8), “toda tentativa de constituição de um coletivo, mais ou menos formalizado e institucionalizado, por indivíduos que buscam atingir um objetivo partilhado em uma localidade; mais ou menos racional; mais ou menos voluntária”. Trata-se de uma ação conjunta ou em concertação que pode produzir um bem comum, que, uma vez criado, é livremente acessível a todos. Ela representa um processo histórico das lutas e conquistas de direitos. Surge a partir de

uma intenção, por parte dos atores que dela participam, e pode ser duradora (ex.: ação em torno da causa MST), ou mais breve (ex.: desabamento de um prédio e ajuda às famílias atingidas). Ela também é ordenada sob formas organizacionais, que podem ser espontâneas e fluidas (redes sociais); ou formais e hierárquicas (como as empresas). Ela tem um foco, uma visão que a motiva (objetivo partilhado). Portanto, “a ação coletiva é orientada por uma preocupação com um bem público a promover, ou um mal a evitar” (Cefaï, 2007, p. 15). Uma vez constituída, Cefaï e Terzi (2012) apontam que a ação coletiva é operacionalizada dentro de diferentes arenas públicas.

Arena pública é uma noção proposta por Cefaï (2007), quando o autor buscou formas de reconectar o estudo de microp problemas sociais, destacando sua importância para pesquisas sobre a democracia. Uma arena pública é coproduzida como um fórum de discussões, em que os atores se encontram e exigem explicações, tomam posições e respondem a críticas. Ela se manifesta mediante diferentes cenas públicas mais ou menos institucionalizadas, através das quais os atores realizam dramatizações, argumentações, sedução e persuasão para expor determinado fato e conquistar auditórios, visando a universalização de discursos. Essa publicização pode ocorrer tanto de forma midiática, quanto judiciária, científica, política e outras.

Uma arena pública não é uma reunião só de gente de boa-fé e boa vontade, com vistas a resolver problemas. Como é um local de disputas, pode haver má-fé, conflitos e diversos jogos de interesse. Sua composição nunca é garantida e dependerá do constante processo de conhecimento e avaliação das consequências. Configura-se também temporalmente, sem que seja possível atribuir-lhe fronteiras já instituídas (Cefaï; Terzi, 2012). A Quadro 1 sintetiza essa discussão.

Quadro 1. Síntese da discussão sobre arenas e arenas públicas

Arenas: Segundo Olivier (1995), foi a partir das análises de Frederick Bailey que o entendimento de arena ficou mais significativo. Para Bailey (1969), arena é o espaço social onde os atores se confrontam em torno de líderes e facções, seja no plano nacional, ou local. Olivier segue expondo que a noção de arena pode ser dubiamente associada à noção de campo de Pierre Bourdieu; entretanto, este conceito é muito macro e de ordem estrutural, com diferentes posições dos agentes nesse espaço, suscetível a variações, conforme seu grau de autonomia (desde os mais autônomos, como o campo científico, aos mais heterônomos, como o campo político), e não há uma definição unívoca. Trata-se de um campo de lutas, de uma visão conflituosa do mundo social, em que dominação e competição prevalecem sobre a cooperação e o desinteresse (Bourdieu, 2013). Sua hierarquia de cargos e estrutura representa o *habitus*, sistemas de disposições duráveis - um domínio expresso das operações. “Um campo é principalmente uma configuração das relações objetivas entre indivíduos, coletividades ou instituições sendo definidas por essas relações” (Bourdieu, 2013, p. 197), que não é de modo algum a ordem de interação. Por outro lado, arena é uma noção de ordem mais interacionista, e também mais política. Ela evoca que seja uma escala menor e “uma percepção mais clara dos confrontos entre os próprios atores. Uma arena, no sentido em que a entendemos, é um lugar para confrontos concretos de atores que interagem em torno de questões comuns” (cf. Olivier de Sardan, 1995, p. 177-178).

Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

Segundo Olivier de Sardan (1995, p. 173), “o desenvolvimento no local é uma arena política, na qual emergem processos de resolução dos conflitos e ações coletivas de diversos tipos”. O autor, contudo, utiliza o termo arena local, referindo-se a uma estrutura simbólica de interações que produz os processos de intervenção. Sendo o desenvolvimento claramente um fenômeno ligado ao confronto político, seu

exame e investigação exigem que o pesquisador as acesse em arenas públicas e, para exemplificar tal afirmativa, resgatamos o seguinte posicionamento:

Estou em outro nível, como uma operação de desenvolvimento rural, que direta ou indiretamente liga uma série de atores em várias categorias: camponeses de vários status, jovens desempregados, mulheres, notáveis rurais, agentes de desenvolvimento de campo, representantes de governos locais, membros de ONGs, peritos visitantes, assistentes técnicos europeus, etc. Esses atores desenvolvem em torno de um determinado projeto de desenvolvimento estratégias pessoais e profissionais, realizadas de acordo com múltiplos critérios: para reforçar a herança de propriedade para alguns, para obter gasolina e um veículo para os outros, e assim por diante: melhorar uma posição institucional, obter um contrato melhor, aumentar a rede de clientes, tornar-se indispensável, ganhar mais dinheiro, vigiar o vizinho ou o rival, dar prazer às suas relações, ficar no seu canto e evitar todos os riscos, etc. (Olivier de Sardan, 1995, p. 173).

Nesse sentido, exemplificado por Olivier de Sardan, vemos que os processos de desenvolvimento estão, ao mesmo tempo, em confronto, mas também podem gerar processos de coordenação e acordos, uma vez que os vários grupos encontrados em uma arena pública terão seus objetivos próprios. Isso ocorre porque a coisa pública⁵ não é mais um monopólio do Estado e demanda a participação de diferentes grupos de atores em variadas arenas públicas, que se engajam para transformar “um problema público em problema político, quando uma mobilização consegue visibilidade suficiente, tal que atores não envolvidos originalmente com o desafio tomam posições e argumentam a favor, ou contra ele” (Lascoumes; Le Galès, 2012, p. 160).

Por falar em confronto, é importante estar atento às controvérsias e conflitos durante o trabalho de campo. A identificação de ambas será utilizada como um operador, no sentido fotográfico, das relações de poder, posições institucionais ou redes sociais, o que, sem ela, seria mais difícil de perceber. Ao dramatizá-las, cenas públicas serão reveladas, evidenciando mais detalhadamente os bastidores da vida social do grupo estudado. “Identificar os conflitos é uma maneira de ir além da fachada consensual e encenar em direção ao exterior que os atores de uma sociedade local costumam propor ao locutor ou ao pesquisador externo” (Olivier de Sardan, 1995, p. 177).

Este segundo pressuposto deixa claro que qualquer projeto de desenvolvimento aparece como uma coisa pública em que todos jogam com várias cartas e regras e em diferentes arenas públicas. Isso demonstra a necessidade do terceiro pressuposto, apresentado a seguir, que incita a investigar as controvérsias e os conflitos dos atores, afinal, os atores são impulsionados por interesses (materiais ou simbólicos) mais ou menos compatíveis, dotados de poderes relacionais mais ou menos desigualmente distribuídos.

⁵ A coisa pública é, por exemplo, um assentamento rural de Reforma Agrária. Uma vez criado, os assentamentos, mesmo concebidos e regulados pelo Estado, ganham vida e passam a ser objeto de interesses e de intervenções de múltiplos atores, como pesquisadores, políticos, sociedade e outros tantos.

5 Investigando o assentamento rural 72 (Ladário-MS) sob a ótica de uma socioantropologia pragmata

A análise das cenas públicas, descritas a seguir, foi orientada pelos dois pressupostos analíticos apresentados anteriormente: a ampliação da concepção de ator e a observação das arenas públicas como espaços dinâmicos de disputa e negociação. Partindo da abordagem etnográfica de base pragmata, buscamos identificar as situações de prova, os conflitos e os processos de mobilização social ocorridos no assentamento, evidenciando como esses elementos estruturaram as arenas públicas.

Segundo Cefaï (2019), a recuperação das cenas públicas evidencia lugares e momentos em que questões de interesse coletivo são expostas, argumentadas e encenadas em público. Para Cefaï, esses espaços específicos, as arenas públicas, são locais sem contornos físicos e variam ao longo do tempo. Eles permitem que os atores interajam, deliberem, visibilizem seus problemas específicos. A Figura 1 sintetiza as cenas identificadas durante o trabalho de campo, comentadas na sequência.

Figura 1. Cenas públicas do PA-72



Fonte: Elaboração própria.

Institucionalmente, o Projeto de Assentamento 72 (PA-72) foi criado em 1999 e sua entrada principal dista apenas 9 km da zona urbana de Ladário (MS). A antiga fazenda Primavera possuía 2.343,41 ha e estava dividida em 72 invernadas, ou seja, '72' espaços para confinamento de gado (engorda), o que acabou influenciando o futuro nome do assentamento. Quando foi desapropriada pelo Incra, foram assentadas 85 famílias em parcelas com tamanho médio de 18,5 ha.

Atualmente, cerca de 60 famílias⁶ vivem no 72 e sua atividade econômica gira em torno de trabalhos na zona urbana, recebimento de Bolsa Família e outros auxílios e, para aquelas que se dedicam à agricultura, as principais criações são a produção de mandioca, mel, leite e derivados, criação de gado, aves, porcos e hortaliças em transição agroecológica.

Além da beleza natural, o que mais chamou a atenção durante o trabalho de campo, de imediato, foi a quantidade de sítios vazios e fechados, indicando uma possível desistência em razão de a família estar trabalhando na cidade ou em razão de abandono. Outra questão que chamou muita atenção desde as primeiras conversas com algumas famílias foi a quantidade elevadíssima de conflitos entre elas e a falta de confiança. Elementos estes que viríamos a entender mais tarde, com a recuperação das diferentes cenas públicas.

O PA-72 está localizado em Ladário (MS), município que faz divisa em todas as suas dimensões com Corumbá (MS), razão pela qual, é popularmente denominada como a Pérola do Pantanal, um pedacinho de terra encravado no coração do Pantanal, bioma brasileiro reconhecido internacionalmente por possuir uma das maiores áreas úmidas e contínuas do mundo, além da sua rica biodiversidade e ecossistema único, mas que, nos últimos anos, ficou reconhecido pelas queimadas florestais avassaladoras. Segundo a MapBiomas (2024), de 1985 a 2023, 53% do Pantanal foi (re)queimado.

Dentro desse cenário histórico, a formação do PA-72 surge como resultado da convergência de três problemas estruturais do Brasil: degradação ambiental, invasão de terras de pequenos produtores rurais e a pobreza urbana.

A **cena pública 1 retrata** que a mobilização de diferentes famílias surge de **um incômodo de indivíduos plurais, com origens, histórias de vida, urgências e expectativas distintas** que, a partir da mobilização promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbá, se juntam para reivindicar o direito à terra. Aqui é importante sinalizar que, embora se tenha uma causa comum (conseguir um lote de terra), não implica que o fim desejado, ou o que se espera disso, seja igual.

O PA-72 foi organizado a partir de famílias procedentes da zona rural, impelidas pela necessidade de acesso à terra para plantar em razão de terem perdido suas terras devido ao assoreamento do rio Taquari (Pantanal), ou devido à grilagem, feita por grandes produtores, – e da zona urbana, impelidas pela pobreza e falta de habitação digna, muitas delas moravam em barracos feitos de madeira e lona. Ambas tinham necessidades e perfis distintos e isso vai exercer efeitos no desenrolar dessa experiência pública.

Para alguns, a terra se torna espaço de cultivo e de trabalho. Para outros, a terra vem como uma resposta à urgência da pobreza e da falta de habitação na cidade, sendo então utilizada de outro modo do que o previsto no dispositivo da política pública da Reforma Agrária. Portanto, nem todo proprietário de lote aqui refere-se ao “agricultor familiar” tipificado na política, o que vai trazer dilemas e situações de prova que têm que ser manejadas pelos atores envolvidos.

⁶ O Incra não tem feito fiscalizações/controles nos assentamentos de Corumbá e Ladário. Então, não há dados oficiais sobre o quantitativo de famílias que ainda vivem em cada assentamento. Essa estimativa foi informada pelo presidente da associação.

Com isso, a taxa de abandono do lote é alta e ocorre desde o processo de entrada das famílias no PA-72, fazendo com que, para muitos, esse seja considerado um Projeto de Assentamento que não deu certo. “O PA-72 não produz o suficiente para abastecer a cidade e esse povo nem gosta de cultivar, da vida na roça” (Entrevistado 5, funcionário público da Prefeitura de Ladário). Tal fala não é uma opinião isolada, pois foi evidenciado que a própria Prefeitura de Ladário tem dificuldades em assumir o assentamento, colocando-o sempre como “responsabilidade do Incra”, mesmo essas famílias estando ali há mais de 20 anos e, tendo, portanto, direitos a serviços públicos como qualquer munícipe, por exemplo, à água encanada e as estradas de qualidade.

Estamos diante de um amplo processo de naturalização da pobreza e impacto ambiental, comum a milhares de brasileiros que se encontram à mercê da própria sorte. O que se depreende dessa passagem é que, a partir do momento em que uma política de reforma agrária é utilizada para resolver problemas urbanos, temos a marginalização da pobreza, empurrada para um local onde ninguém a possa ver, a zona rural.

O processo de atribuir um pedaço de terra para pessoas em situação desesperadora, como se essa fosse uma solução simples para as urgências, visa tanto ocultar problemas urbanos quanto sugere um efeito esperado – a autossuficiência, no sentido de uma família se autossustentar, viver dos seus proventos. Ao conferir a terra a uma família sem teto, sem tradição com o rural, o governo acaba criando um segundo estado de privação extrema ligado à produtividade. Supõe-se que a família deveria produzir para consumir e vender para se sustentar. Ao vender o excedente, esta família estaria, também, abastecendo os mercados locais. Uma segunda atribuição/expectativa (comércio local) sobre os ombros de pessoas que, muitas das vezes, não tiveram oportunidade de escolher, nem tampouco têm esse desejo ou perfil de agricultores.

Nesta tangente, também temos as famílias que lutaram pela terra para manter a tradicional vida do campo. O desafio para elas não é menor, por falta de estrutura, pela demora na liberação das linhas de crédito e pela falta de água, problemas evidenciados desde o início da trajetória do 72. Tantos são os problemas que mais uma forma de privação se acrescenta: o acesso. A oportunidade de poder plantar, colher e viver com dignidade. Desde então, esse grupo, ligado à terra ou que aprendeu a dela gostar, teria variados desafios: fazer valer a reforma agrária, lutar pelos seus direitos e encontrar meios de produzir com pouca água e, em alguns casos, sem conhecimento sobre a lida da terra.

Imagine um sonho que se torna realidade: o acesso à terra e, com ela, a promessa de políticas de incentivo à habitação, água e estradas. Esse foi o ponto de partida para cada família do PA-72, mas que, imediatamente, exigiu a formação de luta coletiva contra descasos na constituição desse assentamento. Isso caracteriza a **cena pública dois, o complexo processo de tornar-se assentado**, pois, o que parecia uma conquista (acesso à terra) gerou ainda mais situações de prova (capacitação e políticas de créditos para plantio, acesso à água, estradas para escoar produção, entre outras) importantes relacionadas aos dilemas da vida associada e do exercício democrático que se tem num empreendimento coletivo como esse.

No início, havia muitas reuniões em torno da APPRPA72, com deliberações importantes sobre habitação, acesso à água e abertura de estradas. Contudo, como

em muitas histórias de políticas públicas mal operacionalizadas no Brasil, o descaso não demorou a bater à porta. O repasse de materiais para a construção das casas demorava ou não era entregue, as estradas não foram abertas, e, pior, surgiam as primeiras notícias sobre desvios de recursos, ocasião em que as famílias assentadas foram colocadas no banco dos réus da opinião pública, que a denominavam de oportunistas, vagabundas e de não gostarem de trabalhar.

A questão da água, essencial para viver e plantar, gerou fervorosos conflitos, mesmo o PA se localizando dentro do Pantanal, a maior área alagada do mundo. Entretanto, essa riqueza natural não estava disponível para as famílias do 72.

Visando enfrentar esse problema, poços foram perfurados, mas não encontraram água. Redes de abastecimento foram feitas pela metade. O ápice desse descaso veio com a mineradora Vale⁷, cujo crime ambiental, o secamento do córrego Urucum, que abastecia parte do 72 e que também era usado para lavar os minérios escavados pela mineradora, provocou o secamento desse córrego para as famílias do 72. A compensação financeira? A construção de algumas cisternas e perfurações de alguns poços, tudo que não ultrapassou o valor de R\$ 500 mil⁸.

Outro ponto evidenciado na trajetória do PA-72 é a relação das famílias assentadas com a agricultura, afinal, muitos não possuíam qualquer experiência para lidar com a terra. Apesar de capacitações técnicas terem sido oferecidas, a baixa participação e o desinteresse de parte das famílias são realidades difíceis de ignorar. Isso evidencia um problema maior: além do perfil urbano de parte das famílias do 72, as tensões e falta de diálogo entre os *experts* e os produtores. Não adianta transferir métodos e cases de sucesso sem considerar as condições e realidades de quem está no campo. Comunicação e adaptação são fundamentais, mas não eram práticas comuns nesse assentamento.

Outro ponto crucial é o conflito interno no assentamento. As sucessivas eleições para a presidência da associação foram marcadas por campanhas políticas repletas de promessas vazias e disputas acaloradas, culminando até em brigas físicas e intervenção policial. Isso ilustra como a falta de união compromete qualquer tentativa de avanço. Um ciclo de promessas não cumpridas surgia tanto por parte dos políticos (eleições municipais) quanto dos próprios assentados (eleições para presidência da associação), que só perpetua a sensação de abandono.

Aliás, aqui temos que escapar de outro estereótipo tipificado na política: chamar essas famílias de ‘camponês’, como muitos *experts* acabam fazendo. Como nos ensina Wanderley (2014), a base do campesinato é a confiança mútua, redes de solidariedade e reciprocidade, características que contribuem para a vitalidade do meio rural e o processo da agricultura familiar, mas não observadas nesse assentamento. Na experiência do assentamento, há de se conviver com o diferente, lidar com a pluralidade, exercitar de fato a democracia, o que não é tarefa fácil. Tal processo é atravessado por conflitos entre os grupos e famílias, gerando

⁷ Atual J&F Mineração, que comprou as operações da Vale em Corumbá e Ladário.

⁸ Dados confirmados via reportagem do jornal Correio do Estado (2019). Segundo a matéria, do total do acordo firmado (R\$ 6.190.376,41), R\$ 2.390.454,33 foram destinados à Universidade Católica Dom Bosco (em Campo Grande); R\$ 691,5 mil, ao Conselho de Segurança de Corumbá e Ladário; R\$ 2.105.965,45 milhões ao Fundo Municipal de Meio Ambiente de Corumbá; R\$ 902.556,62 ao Fundo Municipal de Meio Ambiente de Ladário; e apenas R\$ 500 mil aplicados em projetos e iniciativas socioambientais no território afetado. Até hoje o córrego está um filete. Cf. <https://bit.ly/3jQN39C>

desconfiança para dentro e para fora do assentamento, o que dá lugar a boatos e fofocas que se espalham e deslegitimam o assentamento, ampliando os estereótipos e preconceitos que já se tinha sobre esses indivíduos.

Isso começa a ser revertido, em partes, a partir de 2015, quando a **agroecologia desponta como possibilidade de mudança social (cena pública três)**. Durante o trabalho de campo, ficou evidente ao acompanhar as reuniões do Gaabe e as feiras o quanto a transição agroecológica permitiu a inclusão socioproductiva, fortaleceu laços comunitários e devolveu dignidade aos produtores. Cabe destacar que, das 85 famílias assentadas, 15 já participaram do projeto, que segue com 8.

Entretanto, esse caminho não foi fácil. As famílias enfrentavam desafios recursivos como falta de água e de assessoria técnica, além de descrença das instituições (*experts*). Isso foi revertido com novos ‘projetos de desenvolvimento’, no sentido definido por Olivier de Sardan (1995), liderado pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Pantanal (NEAP), pertencente à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Pantanal (Embrapa Pantanal) e com a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer).

Essa reaproximação de parcerias institucionais representou uma mudança social marcante, narrada com muita emoção e gratidão pelas famílias participantes. A implementação de poços artesianos, fruto desse projeto, solucionou um problema crítico de acesso à água para as famílias que estavam nesse projeto, possibilitando a transição agroecológica da produção. Com isso, os produtores passaram a ver no cultivo agroecológico uma alternativa ao assistencialismo.

Isso permitiu a comercialização de hortaliças, leite e queijo nas feiras livres e nas compras públicas, via merenda escolar (PNAE) e fornecimento ao Exército e à Marinha (via PAA). A pandemia trouxe novos obstáculos, mas também soluções criativas, como as cestas agroecológicas, o que aumentou a venda de produtos por família/cesta, evidenciando a possibilidade de crescimento dessa iniciativa (Santo et al., 2023).

Diante dessa trajetória, recuperada nas três cenas públicas do PA-72, fica evidente a existência de várias arenas públicas, cada qual, com seu foco, jogos e regras: a da titulação definitiva, a da infraestrutura (estrada e água), a agroecológica, entre outras. Nesse estudo, por questões de síntese e a partir da fala das famílias assentadas, denominaremos essa arena como **arena pública da efetivação da Reforma Agrária**, afinal, passados mais de vinte anos, o 72 ainda se configura como um ‘projeto de assentamento’ e, aos olhos da opinião pública, um projeto que não deu certo.

Essa arena é composta por vários grupos de organizações. Além das duas associações que as famílias do 72 integram mais ativamente, a APPRPA72 (associação de todo 72) e o Gaabe (associação dos produtores que participam da transição agroecológica), as principais organizações socioestatais identificadas foram o Incra, a Agraer, a Embrapa, a UFMS, a mídia (sempre chamada a divulgar as situações problemáticas), o Judiciário (chamado a intervir), a Prefeitura Municipal de Ladário e sua Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, J&F Mineração (tem operações no entorno do 72), bancos do Brasil e Caixa Econômica (linhas de crédito), Secretaria Municipal de Educação (compras via PNAE) e Marinha do Brasil (compras via PAA).

Essas organizações performam em torno das principais situações problemáticas do PA-72, que são: titulação da terra, acesso à água, fortalecimento da agroecologia e compras públicas. Contudo, é importante demarcar que a existência de uma grande rede de atores não representa resolutividade em relação aos problemas enfrentados. Pelo contrário, vários deles são recursivos. Em comum, todas essas problemáticas deveriam ser tratadas com a efetivação da reforma agrária e das políticas correlatas, quando se estendem às famílias assentadas.

Essa vida associativa não é simples de ser vivida e muito menos investigada. A interação desses atores se manifesta como uma rede de “interações formais e informais entre uma pluralidade de indivíduos, de grupos ou associações” (Cefaï, 2019, p. 19). Essa rede é multicêntrica, multiatores e multifacetada, direcionada por diferentes visões de mundo e colocada em prática por diversas ações coletivas (mais ou menos coordenadas), promovidas por vários setores, que se encontram e se confrontam nas arenas públicas. Como cada organização tem suas particularidades, isso pode gerar possibilidades de coordenação entre eles (caso da agroecologia), igualmente de conflitos (diálogo com o Incra e a prefeitura).

Como bem qualificou Olivier de Sardan (1995), os conflitos referem-se a diferenças de posições sociais e são culturalmente estruturados. Identificá-los é uma maneira de ir além da fachada consensual, da imagem que o discurso quer vender, e encenar em direção ao exterior que os atores de uma sociedade local costumam propor ao locutor ou ao pesquisador. Assim, o problema crucial com o PA-72 vem desde sua origem, pois o acesso à terra, sem suporte adequado e destinado para um público urbano, se transforma em um fardo, e não em um direito. A trajetória dessas famílias evidencia que as políticas públicas não devem apenas proporcionar mudanças, antes de tudo elas precisam funcionar.

A trajetória do 72 confirma que temos no assentamento um ‘laboratório de experimentações’ que se entrecruzam, algumas delas gerando efeitos desejáveis e outros indesejáveis, mas, sem dúvidas, em todos os casos, produzindo aprendizados essenciais sobre os desafios reais de se fazer desenvolvimento rural e coproduzir novas ruralidades, na prática. Por isso, realizar etnografia em arenas públicas permitiu dar um zoom na rede, visualizar a experiência pública em sua complexidade.

Isso se evidencia com muita clareza na experimentação realizada no projeto fruto de várias parcerias institucionais, encabeçado pelo Neap-UFMS, que se produz a partir de uma ampla articulação envolvendo a Universidade e que culmina com o processo de conversão agroecológica das propriedades de nove famílias, gerando também um processo de controle social participativo e cuja prática se ampliou consideravelmente com a pandemia. Assim, a agroecologia não é apenas uma alternativa viável, mas um poderoso instrumento de mudança social, desde que haja suporte adequado e participação das famílias. Essa prática fortaleceu os laços comunitários e devolveu a dignidade à parte das famílias assentadas através da participação das famílias e parcerias mais robustas entre as instituições e os atores locais. Tudo isso abre novas possibilidades de futuro para o assentamento que segue existindo e produzindo consequências para os que ali vivem, para Ladário e para o meio rural de MS.

6 Conclusão

Apresentamos neste trabalho as contribuições da socioantropologia do desenvolvimento idealizada por Olivier de Sardan, explorando a lacuna conceitual encontrada (relação micro e macro e uso eclético de conceitos distintos, como campo e arena) através da sociologia dos problemas públicos, de base pragmatista, que surge neste trabalho como uma ferramenta para analisar a interação entre estrutura e vida social, focando as questões de desenvolvimento por intermédio da ação pública, afinal, os processos de desenvolvimento transcendem as ações institucionais e devem considerar as dinâmicas híbridas em que práticas locais são emanadas diante de inefetividade de políticas públicas e variadas situações problemáticas que acometem a sociedade na contemporaneidade.

Neste estudo, tal qual defendido por Olivier, procuramos escapar do eterno debate entre crescimento econômico e desenvolvimento e da incansável busca de um desejo da modernidade. Aqui, a questão é que o desenvolvimento existe para alguém, para um ator, um associado (provedor ou receptor da ação), portanto, não é nem um ideal, nem uma catástrofe, é um objeto de estudo. Para tanto, uma investigação conduzida no assentamento rural 72 evidenciou os desafios e as oportunidades das políticas de reforma agrária.

Ao adotar uma abordagem socioantropológica e pragmatista, o estudo identificou a ecologia política em torno desse PA, destacando as questões ambientais e sociais com atenção às dinâmicas locais, os atores envolvidos e o contexto histórico e cultural do PA-72. Com riqueza de detalhes ficou evidente que a reforma agrária **não** se limita à implementação de políticas institucionais, ou seja, não depende apenas da distribuição de terras, mas da interação complexa dos atores em diferentes arenas públicas que se-mobilizam para enfrentar problemas recursivos como a falta de água, conflitos internos e a precariedade de suporte institucional.

Essas constatações também reforçam o valor da abordagem socioantropológica pragmatista para o campo do desenvolvimento regional. Ao recuperar e sistematizar a trajetória do problema público, as dinâmicas territoriais, as mobilizações coletivas e os conflitos e acordos em um território rural periférico, o estudo contribui para ampliar a compreensão sobre como as interações multiescalares (global-local) permitem a identificação de arenas públicas diversas, e como estas moldam os processos de desenvolvimento nos territórios.

Somado a isso, ficou evidente a necessidade de recuperar e compreender as controvérsias públicas dessa ecologia política, pois disputas são constantes em torno da exploração e conservação dos recursos naturais desse território (vários não-humanos: a terra, a água, o Pantanal, outros). Nessa experiência, as ações coletivas ocorrem diante de situações específicas, onde os atores interpretam e respondem aos problemas públicos que enfrentam, ora para acessar a terra, ora para buscar direitos e fazer valer a reforma agrária, ora para buscar outros horizontes, a partir da agroecologia.

Portanto, esse estudo reafirma a importância da perspectiva pragmatista para a socioantropologia, pois considera as arenas públicas como espaços dinâmicos de disputa e cooperação, nos quais interesses múltiplos se encontram e disputam os caminhos do desenvolvimento.

A *démarche* aqui apresentada busca tanto preencher as lacunas da abordagem de Olivier de Sardan quanto fornecer ferramentas analíticas poderosas para compreender realidades tão complexas quanto a do PA-72. Os dois pressupostos contribuem com a socioantropologia ao propor que novas atividades microcívicas sejam identificadas e exploradas sob a ótica das arenas públicas. Tais pressupostos permitem que os pesquisadores identifiquem, descrevam e interpretem a realidade como ela aparece, através das práxis dos atores, que se circunscreve no real, na materialização de um evento, permeada também de subjetividades, como representações simbólicas e imaginárias que possibilitam ao ator a capacidade de refletir sobre uma dada causa.

Vale destacar que essa contribuição teórica aplicada a um caso específico não busca transformar essa pesquisa em um estudo de caso genérico, pois, inspirado na microhistória, buscamos relacionar o particular ao geral, demonstrando como microcosmos sociais agem e se conectam a contextos mais amplos. Nesse sentido, o caso do PA-72 nos faz refletir sobre os desafios do desenvolvimento rural e as falhas estruturais da reforma agrária no Brasil. A superação desses desafios depende da capacidade de transformar conflitos em inclusão social e mecanismos de governança local, mediante identificação e fortalecimento de práticas locais emanadas de redes colaborativas⁹ que unam atores diversos em torno de objetivos comuns.

Este estudo se concentrou em um único caso, com ênfase nas dinâmicas locais de um assentamento rural específico. Entretanto, encorajamos que futuras pesquisas realizem estudos comparativos e replicação da abordagem em outros territórios rurais, visando aprofundar a compreensão das diferentes configurações de arenas públicas no campo do desenvolvimento regional.

Reconhecemos que os pressupostos apresentados geram avanços no estudo da socioantropologia, mas não são regras. Outros caminhos são possíveis. A proposta aqui apresentada não esgota as possibilidades de adentrar ao campo e análise. Também não se trata de explicar o processo para melhor controlá-lo, sob um ponto de vista funcional. Trata-se de uma ruptura epistemológica ao estudo *mainstream* do desenvolvimento, que propõe estudar a configuração do desenvolvimento a partir de arenas públicas (através de pesquisa participativa, observação participante e etnográfica de longo prazo) para compreender melhor as dinâmicas pelas quais os públicos redefinem os horizontes possíveis, na perspectiva da territorialidade e da sustentabilidade.

⁹ Que em outros trabalhos exploramos como o terceiro pressuposto: “as inovações sociais no meio rural”. Cf. Santo e Andion (2024).

REFERÊNCIAS

- ANDION, C. **Atuação das Ongs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da Agreco**. 2007. 427f. Tese (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- ANDION, C. Social innovation, experimentalism and public governance: an ethnographical approach to study public arenas in the city. **Brazilian Administration Review**, v. 20, n. 2, p. 1–17, 2023.
- ANDION, C.; RONCONI, L.; MORAES, R.; GONSALVES, A.; SERAFIM, L. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 3, p. 369-387, 2017.
- ARCE, A.; LONG, N. Forging a new anthropology of development: common ground and contentious issues. In : BIERSCHEK, T. (Org.). **Une anthropologie entre rigueur et engagement: essais autour de l'oeuvre de Jean-Pierre Olivier de Sardan**. Paris : Apad-Karthala, 2007. p. 101-125.
- AZOULAY, G. **Les théories du développement**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2002.
- BIERSCHENK, T.; OLIVIER DE SARDAN, J-P. **States at work: dynamics of African bureaucracies**. Boston, Brill, 2014.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: Ortiz, R., **A sociologia de Pierre Bourdieu**, São Paulo: Olho d'Água, 2013.
- CARNEIRO, M. S. Práticas, discursos e arenas: notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 4, p. 29-158, 2012.
- CAZELLA, A. A. Contribuições metodológicas da socioantropologia para o desenvolvimento territorial sustentável. **Eisforia**, v. 4, n. 1, p. 225-248, 2006.
- CAZELLA, A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: CAZELLA, A; BONNAL, P. e MALUF, R.S. (Orgs.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p.47-70.
- CEFAÏ, D. **Porquoi se mobilise-t-on? les théories de l'action collective**. Paris: La Découverte, 2007.
- CEFAÏ, D. Publicidades: um argumento pragmatista. **Estudos de Sociologia**, v. 1, n. 25, p. 9-44, 2019.

CEFAÏ, D.; TERZI, C. **L'expérience des problèmes publics**. Paris: Perspectives Pragmatistes, 2012.

CHATEAURAYNAUD, F. Los tópicos ambientales: entre controversias y conflictos. Ecología política y sociología pragmática en Francia. **Revista Colombiana de Sociología**, v. 34, n. 1, p. 13-40, 2011.

CHATEAURAYNAUD, F. Questões ambientais entre controvérsias e conflitos. **Ciências em Debate**, v. 2, n. 1, p. 4-40, 2017.

DEWEY, J. **The public and its problems**. Chicago: Swallow Press, 1927.

DEWEY, J. **Logic: the theory of inquiry**. New York: Rinehart & Wiston, 1938.

GUMUCHIAN, H.; GRASSET, E.; LAJARGE, R.; ROUX, E. **Les acteurs, ces oubliés du territoire**. Paris: Anthropos, 2003.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **Sociologia da ação pública**. Maceió: Edufal, 2012.

LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede**. São Paulo: Edusc, 2012.

LONG, N. Creating space for change: a perspective on the sociology of development. **Sociologia Ruralis**, v. 24, n. u, p. 168-183, 1984.

MAPBIOMAS. **Histórico de fogo no Brasil (1985-2023)**. Disponível em: <https://x.gd/UqV8G> Acesso em: 30 dez. 2024.

NETO, A. M.; COLOMBO, L. A.; NETO, J. M. R. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2023.

OLIVIER DE SARDAN, J-P. Savoirs populaires et agents de développement. **Sociologia Ruralis**, v. 24, n. 4, p. 17-31, 1984.

OLIVIER DE SARDAN, J-P. **Anthropologie et développement: essai em sócio-anthropologie du changement social**. Paris: Karthala, 1995.

OLIVIER DE SARDAN, J-P. Les trois approches en anthropologie du développement. **Revue Tiers Monde**, v. 42, n. 168, p. 729-754, 2001.

OLIVIER DE SARDAN, J-P. **La rigueur du qualitatif: les contraintes empiriques de l'interprétation sócio-anthropologique**. Louvain-la-Neuve: Bruylant-Academia, 2008.

OLIVIER DE SARDAN, J-P. Da nova antropologia do desenvolvimento para a socioantropologia dos espaços públicos africanos. **Raízes**, v. 35, n. 2, p. 9-16, 2015a.

OLIVIER DE SARDAN, J-P. **Epistemology, fieldwork and anthropology**. New York: Palgrave Macmillan, 2015b.

REVEL, J. **Jogos de escala**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTO, A. L. **No rural tem inovação social! um estudo em dois assentamentos rurais na zona fronteiriça Brasil-Bolívia**. 2021. 432f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Administração) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SANTO, A. L.; VOKS, D. Repensando os estudos fronteiriços: participação e inovação social no desenvolvimento das zonas de fronteira. **Organizações & Sociedade**, v. 8, n. 99, p. 862-899, 2021a.

SANTO, A. L.; VOKS, D. Configuração de uma experiência pública: o caso das feiras na fronteira Brasil-Bolívia. **Análise Social**, v. 56, n. 241, p. 668-691, 2021b.

SANTO, A. L.; COSTA, E.; Prado, L. Marketing ecosocial uma abordagem para avaliar a comercialização de cestas agroecológicas. **Estudios Rurales**, v. 13, n. 28, p. 1-19, 2023.

SANTO, A. L.; ANDION, C. Inovação social rural: um estudo exploratório no meio rural do Brasil. **Organizações & Sociedade**, v. 31, n. 110, p. 1-36, 2024.

STAKE, R. Qualitative case studies. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (Orgs.). **The sage handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, Sage, 2005.

TOURAINE, A. **O retorno do ator**. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

WANDERLEY, M. N. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v. 52, n. 1, p. S025-S044, 2014.

Anderson Luis do Espírito Santo. Doutor em Administração. UFMS. Pesquisador e Docente Adjunto. E-mail: anderson84luis@gmail.com.

Carolina Andion. Doutora em Ciências Humanas. UDESC. Pesquisadora e Docente Titular. E-mail: andion.esag@gmail.com

Submetido em: 30/12/2024

Aprovado em: 27/11/2025

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação (Conceptualization): Anderson e Carolina

Curadoria de Dados (Data curation): Anderson

Análise Formal (Formal analysis): Anderson e Carolina

Obtenção de Financiamento (Funding acquisition): não se aplica

Investigação/Pesquisa (Investigation): Anderson

Metodologia (Methodology): Anderson e Carolina

Administração do Projeto (Project administration): Anderson

Recursos (Resources): não se aplica

Software: não se aplica

Supervisão/orientação (Supervision): Carolina

Validação (Validation): não se aplica

Visualização (Visualization): Anderson e Carolina

Escrita – Primeira Redação (Writing – original draft) Anderson e Carolina

Escrita – Revisão e Edição (Writing – review & editing): Anderson e Carolina

Fontes de financiamento: não se aplica